

DTB0101 - História do Direito do Trabalho no Brasil (2021)

Docente: Jorge Luiz Souto Maior

Monitoria: Tainã Góis e Maria Paula Bebba Pinheiro

Camilly Vitoria Silva e Silva Número

Nº USP: 12678771

Turma: 194/2021

Sala: 13

E-mail: camillyvitoria@usp.br

Transição do trabalho escravizado para o trabalho livre

1. INTRODUÇÃO

O intuito deste trabalho é a elaboração de uma análise sobre a questão do trabalho no decorrer da história do Brasil, levando em consideração desde o trabalho escravo ao assalariado, e como ocorreu a transição de trabalhadores do campo para as cidades. Para fazer essa análise vamos abordar o processo de transição do trabalho escravo nas fazendas de café (1880-1914), até o trabalho assalariado nos dias de hoje.

2. CONTEXTO

a. O Mercado

A economia brasileira se voltou desde o descobrimento para o exterior, sendo que toda sua estrutura teve como fim último o mercado externo, derivando daí o caráter exportador das atividades econômicas dominantes no período colonial. De uma maneira geral, passa-se a produzir para atender as demandas externas, processo muito distinto do verificado nas regiões centrais, onde a produção destinada à exportação derivava da produção que excedia o consumo interno.

Portanto, a economia colonial se constituía em uma economia verdadeiramente dependente do mercado exterior. Tendo a produção brasileira se constituído para o atendimento da demanda externa por produtos tropicais, seu mercado por excelência será o europeu, ficando o mercado interno marginalizado.

A necessidade de atender o mercado externo minimizando os efeitos do “exclusivo metropolitano” desencadeou no Brasil a formação de uma estrutura socioeconômica específica. Aqui, ao contrário dos países asiáticos ou africanos, nos quais a Europa utilizou para seus fins as estruturas socioeconômicas pré-existentes, a estrutura produtiva foi criada praticamente do zero, atendendo diretamente às exigências do capitalismo em expansão.

Opera-se, portanto, desde o início a separação entre as esferas de produção e de realização do capital.

b. A Terra

Vários foram os fatores que fizeram com que o Brasil se transformasse em uma Grande Lavoura destinada à exportação, indo desde os fatores de ordem natural, passando pelos econômicos até os de ordem demográfica.

Estando os domínios portugueses situados nos trópicos, não era qualquer tipo de empresa agrícola que se podia fixar ali. As culturas agrárias típicas da Europa não vingavam na Nova Colônia. Era preciso encontrar uma opção que, além de possível no sentido biológico, fosse também viável economicamente.

A opção logo foi pelo açúcar, uma das especiarias mais apreciadas na Europa. Esta experiência se mostrou de grande importância, uma vez que já existiam técnicas de produção das quais Portugal possuía o domínio, assim como mercados e linhas de abastecimento formados.

Como maneira de incentivar a produção do açúcar e garantir a ocupação do território, a Coroa concedeu aos colonos portugueses grandes áreas de terras, mas somente àqueles que provavam ter condições econômicas de trabalhar nas mesmas.

c. A Mão de Obra

Mas não bastava a existência de terras abundantes e um produto que vingasse em território tropical para que fosse garantido o sucesso do processo colonizador, sendo necessário resolver também o problema da mão-de-obra.

Portugal não contava com população suficiente para abastecer sua colônia de mão-de-obra, como também o português, como qualquer outro colono europeu, não emigra para os trópicos, em princípio, para se engajar como simples trabalhador assalariado do campo.

A solução encontrada pelo colonizador foi, então, a adoção do trabalho escravo. A utilização de mão de obra escrava, inclusive, não era nenhuma novidade, existindo mesmo na Metrópole. Estimativas apontam que na década de 1540 entravam anualmente entre 10 a 12 mil escravos em Portugal. Com isso, um decênio posterior somente Lisboa já contava com 9.950 escravos para uma população total de 18 mil habitantes.

No Brasil, a primeira opção foi o uso da mão de obra indígena por meio de uma instituição tipicamente tupi, o cunhadismo, que consistia em dar [ao português] uma moça índia como esposa.

Todavia, com o início da empresa agrícola e com a maior presença do colonizador português, a situação se modificou, em grande medida, porque os indígenas não se adaptaram ao trabalho monótono e maçante exigido pela grande lavoura.

Surge desta maneira, o chamado comércio triangular. Os negros adquiridos na África em troca de produtos metropolitanos eram transportados às colônias onde passariam a produzir produtos como açúcar, algodão e melão, que logo retornavam à Europa para serem vendidos a preços de monopólio. Com isso, gerava-se um triplo ganho com o comércio, sendo este lucro extraordinário responsável pela manutenção e sustento da empresa colonial por três séculos.

Completam-se, assim, os três elementos centrais que constituíram a organização da economia agrária exportadora brasileira: a produção voltada ao mercado externo; a grande lavoura monocultora; e a mão de obra escrava. Esses três elementos foram a base sobre a qual se constituiu toda a estrutura econômica e social do país, podendo ser considerados como fatores determinantes no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil.

3. SOBRE A TRANSIÇÃO

A História brasileira foi marcada desde os primórdios da colonização por um grande continuísmo, sendo poucas as transformações, as quais, quando ocorreram, aconteceram de maneira lenta e conservadora. O exemplo mais marcante disso foi o processo de abolição da escravatura, tema que será objeto central de análise neste trabalho. Realizada de maneira lenta, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil não provocou grandes mudanças na estrutura econômica vigente, tendo inclusive mantido e fortalecido o padrão agroexportador por décadas após o fim definitivo do trabalho escravo.

Sobre a transição, Celso Furtado afirmou que:

À semelhança de uma reforma agrária, a abolição da escravatura teria de acarretar modificações na forma de organização da produção e no grau de utilização dos fatores. Com efeito, somente em condições muito especiais a abolição se limitaria a uma transformação formal dos escravos em assalariados. (Furtado, 1967, p. 145).

Neste sentido, ao invés de constituir verdadeira transformação nas formas de organização sociais e de produção, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil se deu de forma conservadora, preservando o histórico de desigualdades que marca a trajetória do país. O regime de trabalho surgido após a abolição da escravatura é livre no sentido de ser o corpo do trabalhador livre de posse por outrem, ou seja, passa a ser ele mesmo, o responsável pela manutenção de seu próprio corpo, sendo do capitalista a posse somente da força de trabalho vendida pelo trabalhador. No entanto, é muito comum optarmos pela denominação dessa mudança com a de um trabalho assalariado, ainda que tenha sido esta obviamente a forma de trabalho que se tornaria cada vez mais predominante na economia brasileira, porque logo após a abolição ela não era unanimidade e não existia em sua forma pura. Era comum, porém, a adoção de sistemas de parceria, além de outras formas de pagamento para além da forma monetária, como o pagamento em espécie, a concessão do uso de pequena parcela da terra na grande lavoura para subsistência do trabalhador, além do sistema de barracão, que atrelava o trabalhador à terra por meio das dívidas que este adquiriria nos “barracões” da grande lavoura. Com o “fim” da escravidão muitos fazendeiros ficaram sem mão-de-obra para trabalhar nas lavouras de café, afinal os escravos libertos não queriam permanecer nessas fazendas onde foram aprisionados e maltratados durante muito tempo, então a solução encontrada pelos fazendeiros foi a mão- de -obra estrangeira vinda principalmente da Itália, Portugal e Espanha, de acordo com Martins:

“A economia de café, em expansão, não podia depender de um escravismo em extinção, ainda que lenta. Por isso esse processo é acompanhado pela implantação de uma política de imigração de trabalhadores estrangeiros”. (MARTINS,1986:117).

Só nos anos de 1880 e 1914, que podemos dizer que foram os anos de maiores incidências para a história do café, pois foi a partir deles que houve uma valorização dos trabalhadores nacionais na economia de café no Brasil e isso se deu só após a decadência da imigração estrangeira.

Para se entender de certa forma o modelo pré-capitalista que ainda assombra principalmente a estrutura agrária brasileira, propomos aprofundar alguns pontos específicos que acarretam os retrocessos de uma política latifundiária, baseada na expropriação e exploração de povos tradicionais. Um dos primeiros resultados de expropriação que vale aqui ressaltar, se deu por conta da exploração dos nativos de suas terras, por volta dos séculos XVI e XVII. Quando os

índios não eram mortos, eram catequizados para assim servirem de bom grado aos senhores donos de suas forças de trabalho.

Outros povos tradicionais vindos da África também foram escravizados e utilizados na mão-de-obra da monocultura escrava. De acordo com Oliveira:

“O escravo era renda capitalizada, ou seja, seu preço nada mais era que seu lucro que se pretendia extrair dele, assim na economia colonial, sob o comando da circulação o próprio escravo era mercadoria.” (OLIVEIRA,2007:24).

Sendo assim observa-se que nesse contexto histórico brasileiro, esses povos tradicionais estavam baseados num enquadramento de trabalho, produção e exploração brutal de suas forças.

A substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre se apresenta a partir de um processo histórico. Fazendo com que tenha condições para a emergência do trabalho assalariado, tendo como consequência fundamental o desenvolvimento do modo capitalista de produção. Esse desenvolvimento capitalista, ou como afirma Marx a acumulação primitiva de capital, são na verdade o trabalho livre, a mais valia portanto a força de trabalho sendo vendida em troca de dinheiro, o que ocasiona a separação do trabalhador dos meios de produção.

“Um dos pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valoriza-lo; de o trabalho ser consumido pelo dinheiro – não como valor de uso para o desfrute, mais como o valor de uso para o dinheiro” (MARX, 1997:65).

Portanto com o fim da escravidão, o trabalhador é libertado da condição de escravo e deixa de ser componente do capital como objeto, para se tornar sujeito produtor de valor e do trabalho não pago ao trabalhador.